



EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

MARCELO
ABELHA
RODRIGUES

2021 © Editora Foco
Autor: Marcelo Abelha Rodrigues
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hemano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FOCOMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R696e Rodrigues, Marcelo Abelha
Execução por quantia certa contra devedor solvente / Marcelo Abelha
Rodrigues. Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2021.
510 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-327-9
1. Direito. 2. Direito processual. I. Título.
2021 2770 CDD 341.46 CDU 347.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito processual 341.46
2. Direito processual 347.9

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCOMA, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data de seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (07.2021) – Data de Fechamento (07.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Avenida Ipororó, 348 Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO	III
CAPÍTULO 01 – PREMISSAS FUNDAMENTAIS.....	1
1. Execução que se realiza por expropriação do patrimônio do executado	1
1.1 Panorama principiológico da execução por quantia no Código de Processo Civil.....	1
1.1.1 Cognição e execução	1
1.1.2 Cognição plena, evidência e título executivo	2
1.1.3 Cognição e contraditório	5
1.1.4 Tutela jurisdicional e tutela executiva	6
1.1.5 A largueza de sentido do que seja “executar”	7
1.1.6 A satisfação do direito exequendo pela tutela estatal	9
1.1.7 Retrato e miradas do sistema executivo do CPC 2015	10
1.1.7.1 A insuficiência da compartimentação das espécies de execução a partir da tipificação do objeto da obrigação	10
1.1.7.2 A insatisfação resultante do inadimplemento como mola propulsora da execução.....	11
1.1.7.3 O retrato anacrônico do sistema procedimental executivo do CPC	12
1.1.7.4 A (in) eficácia dos meios executivos	21
1.1.7.5 O direito de realizar a tutela específica	22
1.2 O direito do exequente expropriar o patrimônio do executado	24
1.3 Expropriação instrumental (liquidativa) e final (satisfativa)	27
1.4 Perspectivas sobre a desjudicialização da execução civil.....	28
1.4.1 Descentralização e eficiência	28
1.4.2 Crise do Poder Judiciário e reformas na execução	28
2. Responsabilidade patrimonial e a execução para pagamento de quantia.....	32
2.1 A responsabilidade patrimonial na estrutura da norma que estabelece a relação obrigacional	32
2.2 Responsabilidade patrimonial primária e secundária: uma classificação ariscada.....	36

VIII EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE • MARCEL • ABELHA RODEGUES

2.3	A responsabilidade subsidiária	41
2.4	Tutela específica e tutela pecuniária	41
2.5	Técnicas de proteção do crédito pecuniário	43
3.	O que significa executar por <i>quantia certa</i>	44
3.1	O problema da natureza da prestação pecuniária	44
3.2	A autonomia da prestação de pagar quantia no CPC	45
3.3	A <i>insensibilidade</i> da natureza da prestação ao pagamento de quantia	46
3.4	A sensibilidade da análise da natureza do crédito pecuniário	46
3.5	Execução genérica ou específica	48
3.6	Valor da execução e valor do crédito exequendo	48
3.7	Valor da execução e excesso de execução	49
3.8	Excesso de execução e excesso de constrição patrimonial	49
4.	Os diferentes procedimentos executivos no CPC: as “espécies de execuções”	50
4.1	Introito	50
4.2	O tipo da prestação	51
4.3	Critério da natureza da obrigação de dar quantia	51
4.4	Critério da pessoa do devedor que deve pagar quantia	52
4.5	Critério da solvabilidade do devedor para pagamento de quantia	52
4.6	Critério da pessoa do exequente que é credor da quantia	53
4.7	Critério da urgência e da evidência	53
4.8	Impossibilidade de escolha do procedimento executivo?	53
4.9	Atipicidade procedimental e de meios executivos e flexibilização da regra que impossibilita a cumulação de execuções	54
4.10	A histórica rigidez procedimental da execução para pagamento de quantia	55
5.	Sujeitos que participam da execução para pagamento de quantia	56
5.1	Conflito integral e processo parcial os de terceiros	56
5.2	O ingresso de terceiros	58
5.3	Sujeitos “interessados” e “desinteressados” que atuam na execução	60
5.3.1	Introito	60
5.3.2	O devedor e o responsável	61
5.3.3	Posições jurídicas ativas e passivas do exequente e do executado ...	63
5.4	Partes na execução	65

5.5	Panorama de terceiros na execução civil com enfoque para execução por quantia certa	74
5.5.1	O terceiro atingido pela desconsideração da personalidade jurídica	74
5.5.2	O terceiro atingido por ato judicial de processo alheio e a fraude à execução	80
5.5.2.1	O terceiro que é responsável pela dívida de outrem.....	80
5.5.2.2	Limites subjetivos da sentença e da coisa julgada	81
5.5.2.3	O patrimônio do terceiro atingido por ato judicial: alguns exemplos	83
5.5.2.4	Os dois matizes do problema na perspectiva do terceiro e do exequente	86
5.5.2.5	A fraude: conceito	87
5.5.2.6	Fraude à execução: conceito	88
5.5.2.7	Elementos do ato ilícito de fraude à execução	90
5.5.2.8	Os critérios para a aferição da fraude à execução.....	91
5.5.2.9	O reconhecimento da fraude à execução.....	97
5.5.2.10	A súmula 195 do STJ e a impossibilidade de reconhecimento da fraude contra credores nos embargos de terceiros.....	98
5.5.2.11	Fraude à execução por ficção jurídica.....	101
5.5.2.12	Fraude à execução X desconsideração da personalidade ..	102
5.5.2.13	A intimação do terceiro adquirente do bem objeto de fraude à execução no art. 792, §4º do CPC	104
5.5.3	O ingresso do terceiro por meio da cessão de crédito e da assunção da dívida	106
5.5.4	O ingresso como terceiro interveniente – do fiador do débito constante em título extrajudicial e do responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	108
5.5.5	A adjudicação do bem penhorado por terceiros alheios à execução	110
5.5.5.1	As três modalidades de adjudicação no art. 876 do CPC... ..	110
5.5.5.2	A adjudicação-arrematação do § 5º, primeira parte, do artigo 876 do CPC.....	112
5.5.5.3	A adjudicação-remição do § 5º, segunda parte, do artigo 876 do CPC	113
5.5.5.3.1	Características.....	113
5.5.5.3.2	Manutenção do direito de remir o bem arrematado em casos específicos.....	115
5.5.5.4	Requisitos da intervenção dos terceiros que pretende a adjudicação do bem penhorado	116

5.5.5.4.1	Valor mínimo	116
5.5.5.4.2	Avaliação	117
5.5.5.4.3	Intimação de outros terceiros.....	118
5.5.5.4.4	Momento.....	118
5.5.6	O terceiro arrematante.....	119
5.5.7	Terceiros exequentes e credores no concurso singular do art. 908...	121
5.5.8	O terceiro garantidor e a execução real	122
6.	Estrutura da execução para pagamento de quantia.....	122
6.1	Como se apresenta no Código de Processo Civil	122
6.2	As fases da execução para pagamento de quantia.....	124
6.3	Atos executivos da execução para pagamento de quantia.....	125
6.3.1	Introito.....	125
6.3.2	Classificações.....	126
7.	Cumprimento provisório da sentença (art. 520) e efetivação da tutela provisória (art. 297).	128
7.1	Situando a questão posta à reflexão.....	128
7.2	A execução provisória da sentença.....	129
7.3	A efetivação da tutela provisória	131
7.4	Pontos de aproximação e distanciamento	132
7.5	Efetivação da tutela provisória para pagamento de soma.....	137
8.	O direito de remição da dívida e a remição da execução.....	140
9.	Liberdade do exequente de desistir da execução e dos atos executivos.....	144
9.1	Liberdade do exequente.....	144
9.2	O artigo 775 do CPC: separando a desistência da execução da desistência de algumas medidas executivas.....	144
9.3	A desistência é ato voluntário e provocado pelo desistente	145
9.4	Momento da desistência	147
9.5	A extinção da execução pela desistência e seu regime jurídico.....	147
9.6	Desistência de medidas ou atos executivos.....	151
CAPÍTULO 02 – A FASE POSTULATÓRIA DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA		
1.	O conteúdo.....	155
2.	Fase postulatória no cumprimento de sentença.....	155

2.1	O requerimento executivo para início do cumprimento definitivo de sentença para pagamento de quantia	155
2.1.1	O requerimento executivo nos arts. 513, § 1º e 523 do CPC	155
2.1.2	A necessidade do requerimento do art. 513, § 1º e a sentença declaratória como título executivo	156
2.1.3	A necessidade do requerimento do artigo 513, § 1º, para início do cumprimento provisório da decisão	159
2.1.4	O início “de ofício” do cumprimento de sentença das obrigações específicas	161
2.1.5	O início <i>ex officio</i> da fase executiva é uma mitigação do princípio dispositivo?	162
2.1.6	Entendendo – e questionando – a necessidade de requerimento executivo para início do cumprimento de sentença transitada em julgado para pagamento de quantia: a fase cognitiva e fase executiva.....	167
2.1.7	Razões de ordem política/prática que justificam o início da tutela executiva por meio de <i>requerimento do exequente</i>	168
2.1.8	O que significa “no caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa” do art. 523 do CPC?.....	171
2.2	O conteúdo do requerimento executivo para pagamento de quantia.....	172
2.2.1	A qualificação do executado	172
2.2.2	O demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.....	173
2.2.2.1	O vínculo entre o valor da execução e o conteúdo da sentença exequenda	173
2.2.2.2	A aparência de desvinculação entre a o valor apontado no demonstrativo e os limites da condenação.....	174
2.2.2.3	Dados em poder do executado e de terceiros	175
2.2.3	A causa de pedir e o pedido	176
2.2.4	A indicação dos bens passíveis de penhora, sempre que possível	177
2.2.5	Intimação dos terceiros indicados nos incisos I à VIII e X e XI do art. 799 do CPC	178
2.2.6	A prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo	178
2.2.7	A prova do adimplemento da contraprestação reconhecida na sentença.....	179
2.2.8	A espécie de execução de sua preferência, quando por mais de um modo puder ser realizada, inclusive por meio de procedimento atípico do art. 139, IV do CPC	180
2.2.9	As medidas urgentes	180

2.3	Efeitos do requerimento executivo	181
2.3.1	Requerimento feito antes ou depois de um ano do trânsito em julgado	181
2.3.2	A continuidade da litispendência (estado de pendência)	181
2.3.3	Prolongamento da interrupção da prescrição	182
2.3.4	Litigiosidade da coisa	182
2.3.5	Prevenção do	183
2.4	Controle judicial do requerimento executivo	184
2.5	Controle de admissibilidade e averbação premonitória	185
2.6	Controle de admissibilidade e apreensão eletrônica de ativos financeiros ...	188
2.6.1	Explicando o problema	188
2.6.2	Quando e como é realizada a penhora online de dinheiro	188
2.6.3	A atitude do executado que não efetua o pagamento voluntário e que sabe que o dinheiro de sua conta possa ser penhorado	189
2.6.4	Premissa para compreensão: como é a penhora tradicional	190
2.6.5	Como é realizada a penhora de dinheiro no art. 854 do CPC	191
2.6.6	O requerimento inicial do exequente e o pedido de penhora online de dinheiro	193
2.7	A intimação do executado	195
2.8	Intimação para “pagamento voluntário” e a inocuidade do provimento condenatório para pagamento de quantia	197
2.9	“Pagamento voluntário”?	199
2.10	A incidência dos honorários e da multa legislativa de 10%	200
2.11	Garantia do juízo (depósito do valor) e incidência da multa	202
2.12	O prazo do “pagamento voluntário” e o prazo da impugnação do executado ...	203
2.13	O arresto executivo	203
2.14	A <i>execução forçada</i> como consequência do não “pagamento voluntário” ...	204
3.	Fase postulatória no processo de execução	205
3.1	Processo de execução e cumprimento de sentença para pagamento de quantia	205
3.1.1	Processo de execução e cumprimento de sentença	205
3.1.2	As regras do processo de execução servem ao cumprimento de sentença e vice-versa, mas a maior parte delas (quantia) está no processo de execução	206
3.1.3	Iniciativa da parte para dar início à execução por quantia	207

3.1.4	Petição inicial do processo de execução para pagamento de quantia	208
3.1.4.1	Introito	208
3.1.4.2	Efeitos materiais e processuais da postulação (requerimento executivo ou processo execução).....	209
3.1.4.2.1	Introito.....	209
3.1.4.2.2	Efeitos processuais.....	210
3.1.4.2.3	Efeitos materiais.....	211
3.1.4.3	Requisitos da petição inicial da ação executiva.....	215
3.1.4.3.1	Aplicação subsidiária do Livro I com o Livro II..	215
3.1.4.3.2	Os requisitos do art. 319 do CPC	216
3.1.4.3.2.1	O juízo a que é dirigida.....	216
3.1.4.3.2.2	A qualificação completa do executado	217
3.1.4.3.2.3	A causa de pedir e o pedido	217
3.1.4.3.2.4	Valor da causa e indicação das provas.....	218
3.1.4.3.2.5	Realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação....	219
3.1.4.3.3	Os requisitos dos artigos 798, 799 e 800.....	219
3.1.4.3.3.1	O que deve <i>instruir</i> e o que deve ser <i>indicado</i> na petição inicial	219
3.1.4.3.3.2	Documentos indispensáveis.....	220
3.1.4.3.3.3	O demonstrativo do débito.....	220
3.1.4.3.3.4	A prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo, se for o caso.....	221
3.1.4.3.3.5	A prova, se for o caso, de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde ou que lhe assegura o cumprimento, se o executado não for obrigado a satisfazer a sua prestação senão mediante a contraprestação do exequente.....	221
3.1.4.3.4	O que deve estar indicado no conteúdo da petição inicial do processo de execução	222
3.1.4.3.5	A intimação de terceiros titulares de direitos afetados pela execução (art. 799)	223
3.1.4.3.5.1	Uma miscelânea de situações.....	223

3.1.4.3.5.2	O exequente pode não saber no momento do ajuizamento da petição inicial qual bem do executado será penhorado.....	224
3.1.4.3.5.3	O fundamento jurídico para a intimação dos terceiros listados no art. 799.....	224
3.1.4.3.5.4	Os três grupos de terceiros que titularizam direito real sobre a coisa alheia.....	225
3.1.4.3.5.5	A intimação do credor pignoratício, hipotecário, anticrético ou fiduciário, quando a penhora recair sobre bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou alienação fiduciária	226
3.1.4.3.5.6	A intimação do titular de usufruto, uso ou habitação, quando a penhora recair sobre bem gravado por usufruto, uso ou habitação.....	227
3.1.4.3.5.7	Os incisos III e IV se complementam: a intimação do <i>promitente comprador</i> e do <i>promitente vendedor</i> , respectivamente, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada	228
3.1.4.3.5.8	Os incisos V e VI se complementam: quando a penhora recair sobre imóvel submetido ao regime do direito de superfície, enfiteuse ou concessão	229
3.1.4.3.5.9	A intimação da sociedade, no caso de penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada, para o fim previsto no art. 876, § 7º.....	230
3.1.4.3.5.10	Os incisos X e XI se complementam: a <i>intimação</i> (1) do titular da construção-base, bem como, se for o caso, do titular de lajes anteriores, quando a penhora recair sobre o direito real de laje ou (2) do titular das lajes, quando a pe-	

nhora recair sobre a construção-base	231
3.1.4.3.5.11 A intimação do ente público quando a penhora recair sobre o bem tombado	232
3.1.4.3.5.12 Intimação dos terceiros dos arts. 842 e 843 (coproprietário e cônjuge)	232
3.1.4.3.5.13 A intimação do exequente que já tiver penhorado o mesmo bem ...	233
3.1.4.4 Controle de admissibilidade da petição inicial.....	233
3.1.4.5 A averbação premonitória	235
3.1.4.6 A citação do executado para integrar a relação processual e pagar a quantia no prazo de 3 dias	237
3.1.4.7 Atitudes do executado (citado) que não paga no prazo de 3 dias	239
3.1.4.8 O arresto executivo	240

CAPÍTULO 03 – FASE INSTRUTÓRIA DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA..... 243

1. A penhora.....	243
1.1 Advertência inicial: mesmo regime jurídico da penhora na execução por cumprimento e por processo autônomo.....	243
1.2 Propriedade, patrimônio, responsabilidade patrimonial e penhora	243
1.2.1 A propriedade do devedor sobre bens e valores que integram o seu patrimônio	243
1.2.2 Inadimplemento da obrigação e sujeição do patrimônio do devedor: retirar do executado e dar para o exequente.....	244
1.2.3 Os limites políticos: o que não pode ser expropriado do executado	244
1.2.4 A imunidade patrimonial pode ser objeto de convenção processual?	245
1.2.5 Responsabilidade patrimonial e penhora.....	246
1.2.5.1 Distinguindo os institutos.....	246
1.2.5.2 A conexão da penhora com a responsabilidade patrimonial.....	248
1.2.5.3 Os bens “impenhoráveis” do art. 833 do CPC	249
1.2.5.3.1 Introito.....	249
1.2.5.3.2 Impenhorabilidade ou impossibilidade de expropriar judicialmente?	250

1.2.5.3.3	O Patrimônio mínimo – Motivos das limitações políticas e possibilidade de flexibilização .	251
1.2.5.3.4	A possibilidade de disposição pelo próprio executado.....	253
1.2.5.3.5	O rol de bens do art. 833	253
1.2.6	A penhora não retira a propriedade do executado	279
1.3	Conceito e elementos constitutivos do ato de penhora.....	280
1.4	O objeto da penhora	281
1.4.1	Bens do patrimônio sujeito à execução	281
1.4.2	Exemplos de bens expropriáveis no CPC.....	282
1.4.3	“Tantos bens quanto bastem” e “custos da execução”: os parâmetros valorativos máximo e mínimo da penhora	283
1.4.4	O valor do objeto penhorado pode não ser tão preciso.....	284
1.4.5	Bens de qual patrimônio podem ser penhorados?.....	285
1.4.6	Quando a penhora recai sobre bem de terceiro dado em garantia real	286
1.4.7	Penhora sobre bem que está penhorado.....	291
1.4.8	Penhora sobre bem gravado com ônus real	291
1.5	A ordem de preferência da penhora.....	292
1.6	O meio de realização e a formalização da penhora	295
1.7	O lugar de realização da penhora	297
1.8	O depósito do bem apreendido.....	299
1.9	A intimação da penhora.....	300
1.9.1	Intimação do exequente e do executado	300
1.9.2	Intimação de terceiros.....	301
1.9.2.1	Terceiro garantidor caso seu patrimônio seja atingido.....	301
1.9.2.2	Execução que recai sobre o patrimônio do atingido pela desconsideração da personalidade jurídica	302
1.9.2.3	Intimação do Cônjuge ou companheiro.....	302
1.9.2.4	Intimação da penhora de bem indivisível pertencente a coproprietário ou do cônjuge alheio à execução.....	304
1.9.2.5	Intimação da penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada realizada em favor de exequente alheio à sociedade.....	304
1.9.2.6	Outros terceiros elencados no artigo 799.....	305
1.10	Os efeitos da penhora	306

1.11 As penhoras especiais no CPC.....	309
1.11.1 Introito.....	309
1.11.2 Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira....	310
1.11.3 Da penhora de créditos.....	310
1.11.3.1 É preciso visitar o CPC de 1939 para entender o tema da forma como se encontra no atual CPC.....	310
1.11.3.2 Panorama inicial.....	310
1.11.3.3 A importância na identificação da natureza do crédito a ser penhorado.....	311
1.11.3.4 Hipóteses de penhora de crédito descritas no CPC.....	312
1.11.4 Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas....	320
1.11.4.1 Introito	320
1.11.4.2 A sociedade de pessoas e a sociedade de capitais.....	321
1.11.4.3 O problema da avaliação	321
1.11.4.4 <i>Affectio societatis</i> e direito de preferência	321
1.11.4.5 O procedimento.....	322
1.11.5 Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes..	325
1.11.5.1 A subsidiariedade desta penhora.....	325
1.11.5.2 A complexidade do depósito (administração e gestão do bem penhorado).....	327
1.11.5.3 Penhora sobre edifícios em construção.....	328
1.11.5.4 Penhora de empresa concessionária ou permissionária de serviço público	328
1.11.5.5 Penhora de navio ou aeronave	329
1.11.6 Da penhora de percentual de faturamento de empresa	330
1.11.6.1 Subsidiariedade	330
1.11.6.2 Requisitos e procedimento	330
1.11.7 Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	332
1.12 Incidentes envolvendo a penhora.....	334
1.12.1 Introito.....	334
1.12.2 As hipóteses.....	334
1.12.2.1 Substituição do bem penhorado.....	334
1.12.2.2 Incidente de redução ou reforço da penhora (modificação qualitativa)	339
1.12.2.3 A segunda penhora.....	340
1.12.2.4 Contraditório.....	342

1.12.2.5 Alienação antecipada dos bens penhorados	343
2. A avaliação.....	343
2.1 Conceito	343
2.2 Avaliação no CPC	343
2.3 A avaliação e a execução por quantia certa	344
2.4 Não se confunde a avaliação como ato executivo e como prova pericial	345
2.5 O avaliador	345
2.6 Requisitos para a nomeação do avaliador especializado.....	346
2.7 Prazo para a entrega do laudo	347
2.8 Avaliação e avaliador: desnecessidade de avaliação pelo oficial de justiça...	347
2.8.1 Generalidades	347
2.8.2 Estimativa da parte	348
2.8.3 Cotação do bem penhorado por órgão oficial.....	349
2.8.4 Veículos automotores e outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação.....	349
2.9 Conteúdo e forma da avaliação	350
2.9.1 Generalidades	350
2.9.2 A forma de realização da avaliação pelo oficial de justiça e pelo avaliador nomeado pelo juiz.....	350
2.9.3 O conteúdo da avaliação.....	351
2.9.4 Imóvel que admitir cômoda divisão	351
2.10 Nova avaliação.....	351
2.10.1 Generalidades	351
2.10.2 Arguição do defeito da avaliação.	352
2.10.3 Tipos de incorreções argúveis.....	352
2.11 Avaliação e modificação quantitativa da penhora.....	354
2.11.1 Generalidades	354
2.12 Término da avaliação e início dos atos de expropriação	355
2.12.1 Generalidades.....	355
2.12.2 Avaliação e adjudicação	355
2.12.3 Avaliação, expropriação e preço vil	356
2.12.4 Avaliação e expropriação de imóvel de incapaz.....	357

2.12.5	Avaliação e expropriação de imóvel de coproprietário ou cônjuge alheio à execução	357
2.12.6	Avaliação e o efeito suspensivo nas oposições do executado (impugnação e embargos)	358
2.12.7	Remição do bem penhorado pelo valor da avaliação.....	358
3.	Expropriação liquidativa – as diversas formas de alienação.....	358
3.1	Expropriação liquidativa e satisfativa	358
3.2	A adjudicação e o duplo regime: liquidativa ou satisfativa.....	360
3.3	A expropriação liquidativa por meio de leilão público.....	360
3.4	Exceções ao leilão público (presencial ou eletrônico)	361
3.5	O leilão público	362
3.5.1	Conceito e características gerais.....	362
3.5.2	Tipos de leilões	363
3.5.3	O leilão judicial público presencial ou eletrônico	365
3.5.4	Leilão judicial presencial: elementos necessários e dinâmica.....	366
3.5.5	Os sujeitos participantes.....	366
3.5.5.1	O Estado-juiz.....	366
3.5.5.2	O leiloeiro.....	367
3.5.5.2.1	Auxiliar da justiça (art. 149).....	367
3.5.5.2.2	A indicação do leiloeiro público	369
3.5.5.2.3	Deveres do leiloeiro	369
3.5.5.2.4	Remuneração do leiloeiro	372
3.5.5.2.5	O custo da remoção dos bens	373
3.5.5.3	Os licitantes.....	374
3.5.5.3.1	Quem não pode participar como licitante	374
3.5.5.3.2	O exequente como licitante	376
3.5.5.3.3	Cientificar não é participar do leilão judicial como licitante	376
3.5.5.3.4	Concorrência de licitantes e preferências em caso de empate de ofertas	377
3.5.5.3.5	Licitante e arrematante: figuras distintas.....	377
3.5.5.3.6	A participação do executado.....	378
3.5.6	O objeto a ser leiloado.....	378
3.5.6.1	Bens e lotes.....	378
3.5.6.2	Leilões de bens de diversas execuções	379

3.5.6.3	Conjunto de bens e arrematação preferencial	379
3.5.6.4	Bens imóveis que admitem cômoda divisão.....	379
3.5.6.5	Preço de reserva: preço mínimo judicial e legal	380
3.5.6.6	Bem com mais de uma penhora	382
3.5.6.7	Bem tombado.....	383
3.5.6.8	Bem gravado com ônus real.....	383
3.5.6.9	Bem de incapaz.....	385
3.5.6.10	Bem com execução embargada ou impugnada.....	386
3.5.7	O local e a data	386
3.5.8	A arrematação	387
3.5.8.1	Conceito e características.....	387
3.5.8.2	Arrematação, auto de arrematação e carta de arrematação	389
3.5.8.3	Conteúdo.....	391
3.5.8.4	Efeitos da arrematação.....	392
3.5.8.5	A ineficácia, a resolução e a resilição da arrematação	394
3.5.9	O leilão na perspectiva dinâmica de sua realização	404
3.5.9.1	O bem penhorado “vai” a leilão	404
3.5.9.2	Os primeiros passos da alienação por leilão judicial presencial: definição do leiloeiro/corretor; local; preço mínimo, as condições de pagamento e as garantias que poderão ser prestadas pelo arrematante	405
3.5.9.3	O Edital	408
3.5.9.4	Pessoas que devem ser obrigatoriamente cientificadas da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.....	411
3.5.9.5	O adiamento do leilão	412
3.5.9.6	O leilão: do início ao fim	413

CAPÍTULO 04 – FASE SATISFATIVA DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA..... 421

1.	A fase satisfativa	421
1.1	A satisfação pela entrega do dinheiro e pela adjudicação do bem penhorado ao exequente.....	421
1.2	Satisfação do crédito exequendo e extinção da execução.....	422
1.3	Satisfação pela entrega do dinheiro	422
1.4	Levantamento ou transferência da quantia	423
1.5	A quantia a ser entregue – atualização no momento da entrega	423

1.6	Entrega paulatina do dinheiro.....	424
1.7	Entrega do dinheiro e termo de quitação	424
1.8	Entrega do dinheiro e devolução ao executado do que sobrar	425
2.	O incidente processual de pluralidade de credores ou exequentes.....	425
2.1	Pluralidade de exequentes/credores X concurso de credores no processo de insolvência.....	425
2.2	Concursos de credores exequentes e de credores não exequentes	427
2.2.1	Introito.....	427
2.2.2	A fase satisfativa e a possibilidade de pagamento de terceiros com o dinheiro penhorado do executado.....	428
2.2.3	Crédito preferencial e crédito garantido por direito real: a confusão das <i>preferências</i> ?	429
2.2.4	Exequentes e credores: dinâmica da intervenção na execução alheia.....	433
2.3	Intervenção de terceiros	437
2.4	Situação jurídica obstativa da entrega do dinheiro.....	437
2.5	Legitimados	438
2.6	Fundamento e pedido.....	440
2.7	Procedimento.....	440
2.8	Competência.....	442
2.8.1	O problema: múltiplas penhoras sobre o mesmo bem em diversos juízos com competência absoluta.....	442
2.8.2	Primeiro, qual <i>conexão</i> justifica a fixação do juízo único no caso de competência relativa?	443
2.8.3	Atos concertados – cooperação judiciária – realização de atos executivos num juízo único.....	445
2.8.4	Os critérios: juízo da primeira penhora, da alienação ou do juízo do crédito mais privilegiado?.....	446
3.	Adjudicação do bem penhorado	448
3.1	O bem-instrumento e o bem-fim na execução pecuniária.....	448
3.2	O conceito de adjudicação.....	449
3.3	A adjudicação no CPC.....	450
3.4	Adjudicação no cumprimento de sentença (provisório ou definitivo) e processo de execução.....	450
3.5	Adjudicação e satisfação do crédito exequendo (art. 904, II do CPC).....	451
3.6	A preferência e o momento da adjudicação.....	451

3.7	Legitimidade para adjudicar	453
3.8	A adjudicação no CPC e a dação em pagamento no direito privado: figuras próximas, mas diferentes	454
3.9	As três modalidades de adjudicação do artigo 876 e ss.	455
3.9.1	As três figuras do artigo 876 e ss.: a genuína adjudicação, a adjudicação-arrematação e a adjudicação-remição	455
3.9.2	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente.....	456
3.9.2.1	Características	456
3.9.2.2	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e sub-rogação decorrente da penhora de crédito (art. 857)	458
3.9.2.3	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e apropriação de frutos e rendimentos (art. 825, III).....	459
3.9.2.4	A adjudicação pelo exequente que possui garantia real sobre o bem penhorado	460
3.9.3	A adjudicação-arrematação do § 5º, primeira parte, do artigo 876 do CPC.....	460
3.9.4	A adjudicação-remição do § 5º, segunda parte, do artigo 876 do CPC.....	462
3.9.4.1	Características	462
3.9.4.2	Manutenção do direito de remir o bem arrematado em casos específicos	465
3.9.4.3	O bem remido pode responder pela dívida?.....	466
3.10	Requisitos para adjudicar no artigo 876 do CPC	468
3.11	Documentação e o efeito de aquisição da propriedade pela adjudicação	470
3.12	Adjudicação e evicção.....	472
4.	A extinção do processo ou fase executiva	473
4.1	Generalidades	473
4.2	Extinção da execução	473
	BIBLIOGRAFIA	477